



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006269-96.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Empréstimo consignado**  
 Requerente: **Maria Iris da Silva Borges**  
 Requerido: **'Banco do Brasil S/A**

Prioridade Idoso  
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**PROCESSO Nº 1006269-96.2017**

Vistos.

**MARIA IRIS DA SILVA BORGES** ajuizou a presente **AÇÃO DECLARATÓRIA c/c OBRIGAÇÃO DE FAZER com pedido de tutela antecipada** em face de **BANCO DO BRASIL S.A.**, todos devidamente qualificados nos autos.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Aduz a requerente, em síntese, que celebrou com a instituição requerida, 04 contratos de empréstimo, sendo 02 consignados (nº 822245312 e nº 824328392), que somam o valor de R\$ 1.395,41, e 02 não consignados (nº 832942193 e nº 650903387), denominados “crédito salarial”, que juntos totalizam R\$ 1.378,18. Ocorre que os empréstimos não consignados, também estão sendo debitados automaticamente da conta da autora, totalizando R\$ 2.773,59 de desconto, que corresponde a 57,67% do seu salário. Diante disso, pleiteia tutela antecipada limitando os descontos em sua conta corrente nº 000018075-0, a 30% e a procedência da ação.

A inicial veio instruída com documentos (fls. 17/51).

Pela decisão de fls. 52/53 foi deferida a antecipação da tutela.

A fls. 63/64, o requerido peticionou

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

informando que está cumprindo o determinado e esclareceu que os descontos realizados pelo sistema consignado, não podem ter os percentuais alterados, pois a cobrança ocorre de forma automática. Porém para dar cumprimento a determinação judicial, suspendeu alguns contratos da autora.

Ao agravo de instrumento interposto a fls. 76/90 (insurgência contra a multa arbitrada em caso de descumprimento da deliberação judicial), foi dado parcial provimento pela superior instância a fls. 201/205: a penalidade acabou limitada a R\$ 10.000,00 (teto máximo).

Devidamente citada à instituição financeira requerida apresentou contestação alegando que os descontos realizados na conta da autora totalizam 35 % da sua renda, o que é permitido em lei, mais 5% decorrentes de renegociação de cartão de crédito, totalizando 40% dos rendimentos da autora. Sustenta que a autora fez diversos empréstimos não consignados, pois o consignado já estava comprometido, onde ficou pactuado que seria realizado desconto em conta corrente sem exclusividade para depósito de saldo salário. Sendo assim entende a requerida que não há ilegalidade. Salaria que a autora obteve os empréstimos de forma espontânea e estava ciente quanto, às taxas, encargos e sobre os valores que



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

seriam descontados. Impugnou o pedido de tutela antecipada e a justiça gratuita. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica (fls. 189/191).

Pela decisão de fls. 197 as partes foram instadas a produzir provas e permaneceram inertes (cf. certidão de fls. 200).

As fls. 201/205 foi encartada decisão da Instância Superior indicando o parcial provimento ao Agravo de Instrumento interposto pelo Banco conforme já referido.

Eis o relatório, no essencial.

DECIDO.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A autor ingressou em juízo para, em primeiro plano, reduzir a 30% de seus rendimentos líquidos as parcelas mensais dos contratos que firmou com o requerido (todos em vigor).

São eles:

- A) Contrato n. 822245312, no valor de R\$ 1.282,98 – consignado;
- B) Contrato n. 824328392, no valor de R\$ 112,43 – consignado;
- C) Contrato n. 83242193, no valor de R\$ 411,09 – não consignado e,
- D) Contrato n. 650.903.387, no valor de R\$ 967,09 – também não consignado.

O banco resiste alegando, em síntese, que deve prevalecer o princípio do “pacta sunt servanda” e que não há comprovação de que os valores comprometem a subsistência da autora ou de sua família.

No item “c” e “d” de fls. 15 está claro que a autora não pretende esquivar-se de sua obrigação, mas apenas cumpri-la de modo proporcional a suas “forças” ou ainda a seu atual rendimento.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

De acordo com os documentos de fls. 20/28 a remuneração da autora alcança, aproximadamente R\$ 3.000,00 (como servidora do Governo do Estado de São Paulo).

Nessa linha de pensamento, a redução do desconto evita que a quase totalidade do salário acabe sendo onerada para pagamento de parcelas de empréstimo (hoje, os valores, somados, totalizam R\$ 2.773,59, ou seja, consumem 57,67% dos ganhos da autora).

Não há dúvida de que qualquer desconto efetuado pelo banco na conta corrente do devedor, que seja superior a 30% do ganho mensal se mostra excessivo.

Assim, não é dado ao banco, sob a singela alegação de inalterabilidade dos contratos impor condição humilhante e desumana à autora, sua correntista.

Ademais, a “função social do contrato” – que é cláusula geral – permite ao juiz interpretar o que significa esse conceito, com valores jurídicos, sociais, econômicos e morais. A



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

solução será dada diante do que se apresentar, no caso concreto, ao juiz (cf. Nelson Nery e Rosa Maria de Andrade Nery, Código Civil Comentado, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2007, p. 476).

É o que preveem os artigos arts. 478 e 479, do Código Civil, “se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato”.

O STJ, seguindo tendência mais atualizada, concluiu que:

(...) tendo em vista o caráter alimentar dos vencimentos e o princípio da razoabilidade, mostram-se excessivos, na hipótese, **os descontos referentes às consignações em folha de pagamento em valor equivalente a 50% da remuneração líquida do recorrente, de modo que lhe assiste razão em buscar a limitação de tais descontos em 30%**, o que assegura tanto o adimplemento das dívidas quanto o sustento de sua família. Assim sendo, amparado no artigo 557, parágrafo 1º - A do Código de Processo Civil, dá-se



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

parcial provimento ao recurso especial, para determinar que o desconto seja limitado a 30% dos vencimentos. Publique-se. Intime-se (cf. REsp 1164096/RS, Rel. Massami Uyeda, 3ª Turma, Precedentes da Corte: AI 1124009 e MS 21380).

No mesmo sentido tem sinalizado o TJSP. A respeito confira-se Apelação Cível 73773221-5 de Marília, 11ª Câmara de Direito Privado, Apel. Cível 9153934-44.2008.8.26.0000 de Barretos, 9ª Câmara de Direito Privado.

Concluindo: o desconto é viável, todavia, ficará limitado a 30% dos ganhos líquidos atuais do contratante do empréstimo, cabendo ao banco readequar os descontos de todos os contratos em vigor efetivados na conta do autor.

\*\*\*\*

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

\*\*\*

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pleito principal para determinar que o requerido, BANCO DO BRASIL S/A, limite os descontos dos valores das parcelas de TODOS os contratos firmados entre as partes a 30% do valor dos rendimentos líquidos indicados a fls. 20/28; os contratos estão especificados nos documentos de fls. 14/51.

Ante a sucumbência, fica o requerido condenado ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono da autora, que fixo, em 10% sobre o valor dado à causa.

Publique-se e intimem-se.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

São Carlos, 27 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**